

<b>Assunto:</b> Show de luz e cor na Justiça	
<b>Veículo:</b> Diário de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Brasil	<b>Seção/Repórter:</b> a semana
<b>Página:</b> d6	<b>Data:</b> 24/11/2014

## DIÁRIO de PERNAMBUCO

NATAL

### Show de luz e cor na Justiça



O Palácio da Justiça de Pernambuco abriu a temporada 2014 de iluminação natalina em prédios públicos do Recife. O edifício localizado em Santo Amaro recebeu anjos, notas musicais e estrelas nas fachadas centrais, todas as peças iluminadas por meio da tecnologia LED.

<b>Assunto:</b> Menção à 12ª Vara Criminal da Capital	
<b>Veículo:</b> Diário de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Super Esportes	<b>Seção/Repórter:</b> a semana
<b>Página:</b> C2	<b>Data:</b> 24/11/2014

## DIÁRIO de PERNAMBUCO

PEDRO GALINDO/ESP. DP/D.A PRESS



**Delegado José Silvestre apresenta ficha suja de Marinho**

## Marinho tem lista extensa



Na quinta-feira, o ex-presidente da Torcida Jovem do Sport, Mario de Azevedo Santos Júnior, o Marinho, entregou-se à polícia. O ex-líder da torcida rubro-negra se encontrava foragido há cerca de seis meses. Ele e outras 13 pessoas respondem a um processo na 12ª Vara Criminal da Capital, por conta de uma briga ocorrida na Rua da União, na Boa Vista, entre as facções Jovem e Fanático, em julho de 2013. Este, entretanto, não é o único processo a que Marinho responde ou já respondeu.

No caso do processo gerado pela operação Gol de Placa, uma audiência de instru-

ção e julgamento foi realizada no dia 17 de outubro. Uma nova audiência já se encontra marcada para o dia 19 de dezembro, às 10h, no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano.

O ex-presidente da Jovem do Sport, contudo, não tem apenas este processo para se preocupar. Marinho é acusado em outra ação criminal, que corre na 6ª Vara Criminal da Capital, também por "promover tumulto, praticar ou incitar a violência, ou invadir local restrito aos competidores em eventos esportivos", conforme o art. 41-B do Estatuto do Torcedor.

<b>Assunto:</b> Menção à Vara da Violência Doméstica de Jaboatão de Guararapes	
<b>Veículo:</b> Diário de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Política	<b>Seção/Repórter:</b> Entrevista Especial/Paula Losada
<b>Página:</b> a3	<b>Data:</b> 24/11/2014

# DIÁRIO de PERNAMBUCO

Véronique Durand

## As várias violências contra a mulher

MARCIONILA TEIXEIRA  
marcionilateixeira.pe@dabr.com.br

Véronique Durand é daquelas profissionais que buscam unir a teoria à prática. Doutora e mestre em antropologia, além de mestre em língua portuguesa e inglesa, a francesa viaja o mundo para conhecer as diferentes realidades das mulheres. Nesse momento, debruça-se em uma pesquisa sobre as várias violências contra o público feminino verificadas em seis países (Brasil, Camboja, Argélia, Índia, Bangladesh e França). O trabalho irá culminar em uma publicação analítica e comparativa, com uma abordagem que revela desde a exposição vulgarizada da mulher brasileira na publicidade às injustiças praticadas contra meninas de um centro de internamento da Argélia. Feminista e trabalhando com o público feminino há mais de trinta anos, Véronique Durand também se destaca pelo trabalho que desenvolve junto aos homens autores de violência. Sem atendimento específico, defende ela, o público masculino voltará a agredir. Atualmente ela ouve histórias de vida desses homens na Vara da Violência Doméstica, em Jaboatão dos Guararapes, e é pesquisadora visitante na UFPE, a convite do Departamento de Serviço Social.



ALCIONE FERREIRA/DIÁRIA PRESS

### +saibamais

#### Dez estados mais violentos para a mulher:

(Taxa de homicídios por 100 mil habitantes)

1º Espírito Santo	9,8
2º Alagoas	8,3
3º Paraná	6,4
4º Pará	6,1
5º Mato Grosso do Sul	6,1
6º Bahia	6,1
7º Paraíba	6,0
8º Distrito Federal	5,8
9º Goiás	5,7
10º Pernambuco	5,5

#### Dez capitais brasileiras mais violentas para a mulher:

(Taxa de homicídios por 100 mil habitantes)

1º Vitória	13,2
2º João Pessoa	12,4
3º Maceió	11,9
4º Curitiba	10,4
5º Salvador	8,3
6º Recife	7,6
7º Goiânia	6,8
8º Porto Alegre	6,6
9º Macapá	6,4
10º Rio Branco	6,4

Sua particularidade é trabalhar com homens autores de violência, mas o tema é polêmico, pois nem todas as mulheres defendem essa atenção ao público masculino. No Brasil, na França ou em outros países, de tanto trabalhar com mulheres, cheguei à conclusão que podemos abrir mil abrigos, atender as mulheres com assistente social, psicólogos, um montão de coisas, mas se a gente não trabalhar com o homem agressor, ele vai ficar onde estava. O problema maior é reinserir profissionalmente essas mulheres para se tornarem autônomas. Então, vamos apoiando e elas vão mudar, mas os homens não vão mudar. Um dos meus choques foi quando trabalhava no interior da França e vi chegar em um abrigo uma mulher mandada por um homem que já tinha mandado outra mulher para o mesmo abrigo. Então, pensei: tem alguma coisa errada. Esse homem nunca tinha sido acompanhado, tinha problemas sérios de álcool e adaptação social. Como nada havia sido feito com ele, começava a agredir essas mulheres. Se a gente não trabalhar com eles, vão recomeçar. Acredito que todas as mulheres devem ser feministas. Também sou, mas não sou radical. Por isso quando trabalho a questão das violências, entro pelos direitos humanos.

**Mas as vítimas aceitam essa atenção para os companheiros ou somente a rede que trabalha com elas não enxerga com bons olhos?**  
Na França, criei um serviço para atender somente homens. No Brasil, tem o traba-

lho na Vara da Violência Doméstica, em Jaboatão, onde há uma equipe psicossocial, com assistente social e psicóloga, que atende não só homens, mas famílias. Existe atendimento a homens também em Belo Horizonte e Brasília e um blog interessante, o *Mulheres pensando direitos*, da Vara da Violência Doméstica de Jaboatão. As profissionais dizem que sempre quando chega um homem ou uma mulher elas veem uma família. Muitas vezes o homem foi mandado para a cadeia. E aí como a mulher vai criar os filhos sem ter dinheiro? A gente muitas vezes esquece desses problemas. E as leis são votadas por pessoas que têm certa visão de sociedade, de mundo, do certo, do errado. Só que não conhecem a realidade do país, do Nordeste ou de qualquer outra região. Então, quando a gente se depara com a realidade, a gente vê que a lei é ótima, mas para realmente aplicá-la é complicado. Muitas mulheres, por exemplo, não trabalham. Então se o homem for para a cadeia, elas vão viver de que? Elas mesmas pedem: por favor, solta meu marido.

**Como deve ser a atuação com esses homens?**

Faço histórias de vida individuais com homens e mulheres. A história de vida é uma metodologia muito usada na antropologia. Busco partir do hoje. E tem que voltar até a infância, se for possível. Ele precisa enxergar que a violência é crime e que frequentemente é a repetição da violência que ele mesmo sofreu. É necessário que ele entenda que precisa trabalhar isso para

## “O homem (agressor) precisa ser tratado”



Marcha na Índia chama a atenção para ataques sofridos por mulheres em ônibus

não continuar a violência. Na França, acompanhei 35 homens por um ano. Desses, 34 sofreram violência na infância, seja física, sexual, abandono, maus-tratos. Também tinha muito álcool na família e o pai batia na mãe e neles. Como isso não foi trabalhado, eles, na vida adulta, passaram a reproduzir essa violência.

**O perfil do homem agressor é parecido em todo o mundo?**

A gente acha as mesmas características. Violência na infância, o agravante do álcool e da droga. Tanto que muitos homens, quando passa o ato da violência, se desculparam dizendo que não eram eles, que

tinham bebido. A gente vai encontrar famílias destruídas, mas também há violência em famílias bem estruturadas, onde cada um tem uma profissão e recebeu boa educação. A violência conjugal é algo à parte de outras violências. Se constrói a dois. Tanto que esse mesmo homem vivendo com outra mulher não seria violento e essa mulher com outro homem não sofreria violência conjugal. Acho que a gente ainda não sabe explicar 100% o que acontece, mas acho que é uma construção, pode acontecer em qualquer meio. Só que a diferença é que quando acontece em meios das classes média ou alta o problema não chega ao público. As famílias

se resolvem entre elas. Então, não vai chegar na delegacia. Por isso que a gente vê que 90% das pessoas que atendemos são de baixa renda. As violências domésticas são, antes de tudo, uma relação de poder do autor sobre a vítima e também uma construção. A relação de poder é fundamental para entender a dependência bem como a teoria da psicanalista e psiquiatra Marie France Hirigoyen sobre o assédio e a influência de um sobre o outro. O que explica também (além do ciclo da violência) porque a mulher não sai da relação. Marie France desenvolveu o princípio de assédio moral na França. Ela explica que as agressões físicas não acontecem de repen-

te. Antes há um aumento de atitudes e comportamentos abusivos e de intimidações. A pior violência não é a mais visível. Se as mulheres não saem da relação é porque caíram na armadilha e se encontram sob influência. Entender a dependência é se desfazer dela. O ciclo da violência é o mesmo aqui ou lá: clima de tensão, gritos, ameaças, silêncios pesados; agressões verbais, psicológicas, sexual e econômica; a vítima é humilhada; o autor das violências procura desculpas para se justificar; a vítima tenta entender, duvida de si, se sente responsável; volta a lua de mel, pois o agressor pede perdão, fala em terapia ou suicídio, oferece presentes e flores; a vítima dá uma chance, muda os seus próprios hábitos, até que um novo ciclo comece. A violência conjugal é um comportamento destinado a controlar e dominar.

**Como acabar com esse ciclo de violência no homem?**

Não chegaria a tanto de dizer que o homem é vítima, mas é alguém que precisa ser tratado. Até já conversei com Maria da Penha e ela me disse que na própria lei consta esse apoio. Mas não tem verba para acompanhar os homens. Na verdade, há poucos recursos para atender as próprias mulheres e seus filhos.

<b>Assunto: Menção à Vara da Violência Doméstica de Jaboatão de Guararapes</b>	
<b>Veículo: Diário de Pernambuco</b>	
<b>Editoria: Local</b>	<b>Seção/Repórter:</b>
<b>Página: a8</b>	<b>Data: 24/11/2014</b>

## DIÁRIO de PERNAMBUCO

### JUSTIÇA

## Começa hoje Semana de Conciliação

Coordenada pelo Comitê Estadual de Conciliação em Pernambuco e promovida pelo Conselho Nacional de Justiça, a Semana Nacional da Conciliação deve atender 5.500 pessoas no estado. Essa é a expectativa do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), que prioriza demandas de massa e que envolvem instituições bancárias, de telefonia e órgãos públicos.

A ação acontece até a próxima sexta-feira (28) e envolve câmaras de conciliação, varas e juizados. No Recife, as audiências extras acontecem em todas as varas e no Núcleo de Conciliação, no Cais do Apolo, no Bairro do Recife.

Para o TJPE é o "é o maior movimento para incentivar e fomentar a cultura da conciliação processual, reduzindo o estoque processual na Justiça brasileira, por meio de acordo entre as partes".

Neste ano, as ações já aconteceram antecipadamente em um primeiro momento. Foram 106 audiências extras entre os dias 3 e 4 de novembro, que resultaram em mais de R\$ 2,4 milhões em negociações.

Este não é o primeiro mutirão realizado este ano pelo Judiciário no estado. Em agosto deste ano, mais de cem comarcas participaram da 1ª Quinzena Estadual do Júri de Pernambuco, quando foram julgados mais de 400 processos, também em regime de mutirão.

O evento - um desdobramento da Semana Nacional do Júri, que resultou na condenação de 183 réus em março - envolveu varas privativas do Júri, varas únicas e varas criminais do estado.

<b>Assunto:</b> Menção à Vara da Infância e Juventude estadual	
<b>Veículo:</b> Diário de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Brasil	<b>Seção/Repórter:</b>
<b>Página:</b> B5	<b>Data:</b> 24/11/2014

**DIÁRIO** de PERNAMBUCO

# Casal homoafetivo adota pernambucanos

Carlos Eduardo dos Santos e o companheiro, Osmir, alimentavam o sonho de ter filhos e hoje cuidam dos meninos, que são irmãos

**U**m casal apaixonado que, ao longo de quase três décadas, construiu uma relação baseada no respeito e no amor e alimentou o sonho de ter filhos. Diante da impossibilidade de uma gravidez, eles resolveram partir para a adoção. Dez minutos depois de terem os nomes incluídos no cadastro que reúne as crianças abriga-



PAULA RAFIZA/ESP. CB/D.A PRESS

Família mora em Brasília e entrou com documentação para adotar os quatro garotos

das em todo o país, o telefone toca. “Era uma ligação de Pernambuco. A assistente social disse que tinha três irmãos disponíveis. Entramos em pânico. Desejávamos muito, mas, na hora que aconteceu, bateu o medo”, conta Carlos Eduardo dos Santos, 54 anos, professor da Universidade de Brasília há seis.

Refeitos do susto, os dois procuraram a Vara da Infância local, onde se inscreveram e foram habilitados para a adoção, e começaram a providenciar a estrutura para receber os pequenos. Ao longo de 15 dias, conversaram com eles por telefone, trocaram fotos, arrumaram a casa e viram crescer a ansiedade em encontrá-los. Em 5 de dezembro do ano pas-

sado, Carlos Eduardo e o companheiro, Osmir Messora Junior, 53 anos, viajaram em busca dos tão esperados filhos.

“Imagino que tenhamos vivido o mesmo sentimento dos casais que vão para a maternidade”, observa Osmir, com os olhos marejados. Logo ao chegarem ao fórum da cidade, mais uma surpresa. Um quarto irmão dos meninos, o pequeno Vinícius, 2 anos, também estava no abrigo, mas ainda não disponível para ser entregue a uma nova família. Apesar disso, os 15 dias que passaram com Felipe, 8, Fagner, 6, e Vitor, 4, foram mágicos. Em maio deste ano, porém, a Justiça liberou a

adoção de Vinícius. Até mesmo a cachorrinha Luna viajou com a família para buscá-lo.

### **Casamento**

O Rio de Janeiro foi palco ontem do maior casamento entre pessoas do mesmo gênero no mundo, segundo o coordenador do Programa Estadual Rio sem homofobia, Cláudio Nascimento. A união dos 160 casais homoafetivos foi celebrada na zona portuária.

Mais de 1,5 mil convidados prestigiaram a cerimônia que se iniciou ao som da música *Emoções*, de Roberto Carlos. O casamento coletivo foi realizado em parceria com o Tribunal de Justiça do Rio.

“

***A assistente social disse que tinha três irmãos disponíveis. Entramos em pânico. Desejávamos muito, mas, na hora que aconteceu, bateu o medo”***

Carlos Eduardo dos Santos, professor de 54 anos



Assunto: Menção à 12ª Vara Criminal da Capital	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Economia	Seção/Repórter:
Página: 5	Data: 24/11/2014

jornal do  commercio

# Jogo do bicho é novo alvo da Operação Trevo

**CRIME** PF deflagra 2ª fase da ação que visa combater a lavagem de dinheiro. Foram expedidos 43 mandados de busca e apreensão



Diego Nigro/JC Imagem

**INVESTIGAÇÃO** “O material apreendido será analisado para subsidiar a Justiça”, disse Diniz

**A** Polícia Federal em Pernambuco, em parceria com a Polícia Civil, deflagrou na manhã de ontem a segunda fase da Operação Trevo, que visa desarticular esquemas de fraudes e lavagem de dinheiro através do jogo do bicho nas ruas de Recife, Olinda, Camaragibe e Jaboatão dos Guararapes. No último dia 12, a primeira fase da operação desarticulou uma organização que agia em 13 Estados da Federação em atividades que se estendiam da prática do jogo do bicho e uso de máquinas caça-níqueis até a emissão de bilhetes de loteria disfarçados como títulos de capitalização.

Foram expedidos 43 Mandados de Busca e Apreensão em residências e estabelecimentos comerciais e 25 Conduções Coercitivas em 19 localidades da Região Metropolitana do Recife. As buscas também ocorreram em 16 estabelecimentos, incluindo Banca Aliança, Aky Loterias, Banca Paraibana e Banca Sonho Real.

Até o fim da manhã, a polícia havia apreendido R\$ 220 mil na residência do dono da Banca Aliança e R\$ 135 mil na casa do proprietário da Caminho da Sorte, além de documentos. Três pessoas foram encaminhadas à sede da Polícia Federal, localizada na área central do

Recife, bem como para o Departamento de Repressão aos Crimes Patrimoniais (Depatri) da Polícia Civil, em Afogados, onde foram ouvidas e liberadas. “O material apreendido será levado à Depatri e à PF e analisado para subsidiar a Justiça”, disse o superintendente regional da PF, Marcelo Diniz.

Nesta fase da operação não foram expedidos mandados de prisão. A polícia realizou o pedido na 4ª Vara Federal de crimes contra a administração pública, mas esta decidiu que era competência da 12ª Vara Criminal do Estado, que por sua vez entendeu que não era o momento de expedir os mandados de prisão.

### **ENTENDA O CASO**

A Operação Trevo desarticulou uma organização criminosa que utilizava empresas filantrópicas para lavagem de dinheiro derivado de bingos, títulos de capitalização e caça-níqueis. Outro segmento do grupo, com sede em São Paulo, era responsável pelo fornecimento de máquinas caça-níqueis, tanto para Pernambuco como para outros Estados e até para o exterior.

Um terceiro ramo figurava como instituição financeira seguradora de incontáveis bancas de jogo do bicho no Nordeste, garantindo o pagamento dos prêmios e promovendo lava-

gem de dinheiro. O tronco principal da organização registrou movimentação financeira de bilhões de reais e atuava tanto no jogo do bicho como na comercialização de bilhetes lótericos ocultados em título de capitalização em sua modalidade popular, apropriando-se dos valores que deveriam ser destinados a instituições beneficentes ou revertidos em capitalização. Os investigados podem responder pela prática dos delitos de contrabando, crime contra o Sistema Financeiro Nacional, contra a Economia Popular, jogo de azar e lavagem de dinheiro. Somadas, as penas ultrapassam o limite de trinta anos.

<b>Assunto:</b> TJPE inaugura iluminação natalina	
<b>Veículo:</b> Blog do Jamildo	<b>Data:</b> 24/11/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



Esportes

## Bebidas alcoólicas podem ser liberadas nos estádios de Pernambuco

*Por Alexandre Arditti, do **Jornal do Comercio***

O projeto de lei 2153/2014, que regulamenta a venda de bebidas alcoólicas dentro dos estádios de futebol pernambucanos a partir de duas horas antes do início das partidas, foi publicado no Diário Oficial do Estado desta quinta-feira (20). O texto, de autoria do deputado estadual Antônio Moraes (PSDB), deve ser votado na Assembleia Legislativa até o fim do ano, depois de ser analisado por cinco comissões da casa. A proposta é a mesma apresentada por ele em 2012 – na ocasião, o político decidiu abortar a decisão de levá-la à votação por reconhecer que seria derrotado.

O que motivou o deputado Antônio Moraes a reapresentar o projeto de lei foi uma espécie de dossiê entregue a ele pelo presidente da Federação Pernambucana de Futebol (FPF), Evandro Carvalho, que o visitou há poucas semanas acompanhado por dirigentes de Sport e Santa Cruz, além de representantes da Arena Pernambuco. O documento continha um estudo que não associa álcool e violência nos estádios de futebol, assim como notícias sobre a liberação da venda de bebidas alcoólicas em outros Estados (Bahia, Rio Grande do Sul e Maranhão, por exemplo).

“A visita de Evandro e outros dirigentes só reforçou o meu entendimento de que a violência nos estádios pernambucanos não tem nada a ver com as bebidas alcoólicas. Por isso, decidi reapresentar o projeto agora. Acredito que, desta vez, ele será aprovado”, comentou o deputado Antônio Moraes. “Os arredores dos estádios viraram verdadeiros bares a céu aberto. Como sabem que não poderão beber no interior dos estádios, vários torcedores ‘enchem a cara’ no lado de fora e ficam bêbados antes mesmo de a bola rolar. Não é pior?”, indagou.

O presidente da FPF disse que está trabalhando com afinco para que o projeto de lei seja aprovado na Assembleia Legislativa, seguindo o que chamou de “tendência mundial de liberação das bebidas alcoólicas nas praças esportivas”. Segundo Evandro, está provado que não há qualquer relação entre álcool e violência nos estádios. Ele ainda elencou vantagens financeiras que os clubes terão com isso. “Os clubes ganham financeiramente, tanto pela renda proveniente da comercialização das bebidas nos bares como com os

patrocínios das empresas de bebidas. São duas receitas importantes para as nossas equipes e que não podemos nos dar ao luxo de abrir mão”, comentou Evandro.

A venda de bebidas alcoólicas dentro dos estádios pernambucanos estava proibida desde janeiro de 2009. Liberá-las a partir do ano que vem representaria um retrocesso na visão do juiz do Juizado do Torcedor de Caruaru, Marupiraja Ramos, que vem capitaneando a luta na esfera jurídica para acabar de uma vez por todas com as torcidas organizadas no Estado. “A experiência que tenho no futebol me faz ser totalmente contrário a esse projeto. A maioria dos casos de violência nos estádios tem a ver sim com torcedores que consumiram álcool antes ou durante os jogos. Os clubes são a favor porque estão pensando apenas em seus cofres em detrimento da segurança das pessoas”, comentou Marupiraja.

<b>Assunto: Semana Nacional da Conciliação</b>	
<b>Veículo: NE10</b>	<b>Data: 24/11/2014</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



**Justiça**

**TJPE deve realizar, esta semana, mais de 5 mil conciliações**



Mais de 100 varas, câmaras e e juizados do Estado estarão empenhados na semana em PernambucoFoto: JC Imagem

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) deve finalizar mais de cinco mil processos durante a Semana Nacional de Conciliação que tem início nesta segunda (24) e vai até a próxima sexta-feira (28), em todo o Brasil.

No Estado, mais de 100 câmaras, varas e juizados participarão da semana. As pessoas assistidas pela conciliação já foram informadas da data e local onde acontecerão os atendimentos.

A semana é promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parcerias com os tribunais do País, e visa a reduzir o estoque processual da justiça brasileira, por meio de acordo entre as partes. Na edição deste ano, o enfoque será a solução de demandas judiciais de massa, como instituições bancárias, de telefonia e órgãos públicos.

<b>Assunto: Semana Nacional da Conciliação</b>	
<b>Veículo:</b> G1 Pernambuco	<b>Data:</b> 24/11/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>

### **TJPE estima levar 5.500 processos à Semana Nacional de Conciliação**

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) espera levar 5.500 processos à Semana Nacional de Conciliação, que começa nesta segunda-feira (24). Promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em todo o País, a iniciativa prioriza demandas de massa, que envolvem instituições bancárias, de telefonia e órgãos públicos. Câmaras de conciliação, varas e juizados participam da ação até a próxima sexta (28).

Em Pernambuco, o evento é coordenado pelo Comitê Estadual de Conciliação. Conforme o TJPE, a Semana Nacional da Conciliação “é o maior movimento para incentivar e fomentar a cultura da conciliação processual, reduzindo o estoque processual na Justiça, por meio de acordo entre as partes”.

#### **Justiça do Trabalho**

Além do TJPE, o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE), no Recife, também participa do mutirão. Este ano, a Ouvidoria do Tribunal começou antecipadamente as ações da Semana de Conciliação e fez 106 audiências extras em 3 e 4 de novembro. O resultado das negociações superou R\$ 2,4 milhões.

No entanto, os trabalhos se intensificam a partir desta segunda, com audiências extras em todas as varas e no Núcleo de Conciliação, localizado no Cais do Apolo, nº 739, Bairro do Recife. A unidade já tem 51 pautas programadas para os dois primeiros dias do evento.

As partes que possuem processos da Justiça do Trabalho poderão solicitar o agendamento de uma tentativa de acordo [neste site](#), diretamente na unidade onde tramita o processo ou, no caso de ações que correm no segundo grau, na Ouvidoria do TRT-PE pelo telefone 0800-722-4477.



<b>Assunto: Semana Nacional da Conciliação</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com	<b>Data:</b> 24/11/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



TJPE »

### **Semana Nacional da Conciliação deve analisar 5,5 mil processos**

Coordenado pelo Comitê Estadual de Conciliação em Pernambuco e promovida pelo Conselho Nacional de Justiça, a Semana Nacional da Conciliação deve reunir 5,5 mil pessoas. Essa é a expectativa do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), que prioriza demandas de massa e que envolvem instituições bancárias, de telefonia e órgãos públicos.

A ação acontece a partir desta segunda-feira (24) e se estende até a próxima sexta-feira (28), envolvendo câmaras de conciliação, varas e juizados. No Recife, as audiências extras acontecem em todas as varas e no Núcleo de Conciliação, no Cais do Apolo, no Bairro do Recife.

Para o TJPE é o "é o maior movimento para incentivar e fomentar a cultura da conciliação processual, reduzindo o estoque processual na Justiça brasileira, por meio de acordo entre as partes".

Neste ano, as ações já acontecerem antecipadamente em um primeiro momento. Foram 106 audiências extras entre os dias 3 e 4 de novembro, que resultaram em mais de R\$ 2,4 milhões em negociações.

<b>Assunto: Semana Nacional da Conciliação</b>	
<b>Veículo:</b> folhape.com	<b>Data:</b> 24/11/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



**Em Pernambuco, Semana Nacional de Conciliação contemplará 5,5 mil processos**  
*Maior parte dos litígios envolve órgãos públicos e instituições bancárias e de telefonia*

Começa, na próxima segunda-feira (24), a Semana Nacional de Conciliação. Em Pernambuco, o Tribunal de Justiça (TJPE) espera envolver 5,5 mil processos na jornada, que seguirá até a sexta-feira (28). Câmaras de Conciliação, Varas e Juizados participam do evento.

Promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a iniciativa tem o intuito de reduzir o estoque processual em todo o País. Magistrados e servidores vão concentrar esforços na solução de demandas de massa que envolvem os maiores litigantes da Justiça.

A maioria dessas ações tem relação com instituições bancárias e de telefonia, além de órgãos públicos. O objetivo é dar vazão, por meio de acordo entre as partes, às chamadas demandas repetitivas, ou seja, litígios que envolvem lesões a direitos individuais ou coletivos e que atingem grande quantidade de pessoas de forma similar.

<b>Assunto: Semana Nacional da Conciliação</b>	
<b>Veículo:</b> folhape.com	<b>Data:</b> 24/11/2014
<b>Editoria:</b> Cotidiano	<b>Seção:</b> Folha na Cidade



**Mutirão...** - O Tribunal de Justiça de Pernambuco realiza, entre os dias 24 e 28, das 8h às 18h, um mutirão de conciliação, numa ação gratuita, na Câmara de Mediação e Arbitragem do Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade Boa Viagem.

**...jurídico** - O objetivo principal será mediar e agilizar processos e acordos de ações movidas por clientes contra o Banco Santander e outros. A expectativa é atender mais de 230 casos, na Rua Arquiteto Luiz Nunes, 1.274, Imbiribeira. Informações 81.3037.0704.

<b>Assunto: Censo do CNJ no TJPE - Servidores</b>	
<b>Veículo: CNJ</b>	<b>Data: 24/11/2014</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



CENSO DO PODER JUDICIÁRIO 2013



**Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**

SERVIDORES RESPONDENTES  73,8%



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

VOCÊ E O PODER JUDICIÁRIO  
SERVIDORES

### Percentual de respostas positivas dos Servidores de tribunais/conselhos

#### CONCORDÂNCIA



89,8%

Estão felizes com a escolha profissional de trabalhar no Poder Judiciário.



98,4%

Acreditam que o trabalho que realizam melhora o desempenho do tribunal.



56,5%

Acreditam que o volume de trabalho permite que as tarefas sejam concluídas na jornada regular de trabalho.



54,6%

Concordam que o tribunal investe na capacitação dos servidores.



37,1%

Concordam que há constante melhoria das rotinas de trabalho no tribunal.



83,8%

Concordam que a adoção de metas pelo tribunal é positiva para o Poder Judiciário.



84,3%

Concordam que a adoção de metas pelo tribunal é positiva para o cidadão.



63,7%

Concordam que a adoção de metas pelo tribunal é positiva para os servidores.

### Percentual de respostas positivas dos Servidores de tribunais/conselhos

#### SATISFAÇÃO



33,1%

Estão satisfeitos com o salário que recebem considerando o trabalho que executam.



24,0%

Estão satisfeitos com as possibilidades de crescimento na carreira dentro do tribunal.



87,6%

Estão satisfeitos com as relações profissionais cotidianas.



77,5%

Estão satisfeitos com o resultado do trabalho prestado aos cidadãos.



56,6%

Estão satisfeitos com o acesso a instrumentos e equipamentos adequados ao trabalho que realizam.



55,2%

Estão satisfeitos com as condições físicas dos locais em que trabalham.



40,1%

Estão satisfeitos com a atuação do tribunal em prol da qualidade de vida e saúde no trabalho.

## Percentual de respostas positivas dos Servidores de tribunais/conselhos

### MOTIVAÇÃO



80,4%

Acordam pela manhã dispostos e pensando nos trabalhos e projetos do dia no tribunal.



80,3%

Recentemente tiveram pelo menos uma ideia ou solução inovadora para melhorarem o trabalho.



96,9%

Têm curiosidade em aprender cada vez mais a respeito do trabalho.



84,2%

Sentem orgulho de dizer para os amigos o que fazem e onde trabalham.



59,4%

Sentem-se valorizados nos locais de trabalho.



86,1%

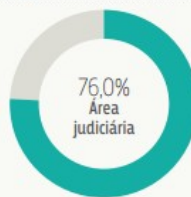
Acreditam ter potencial de trabalho maior que o exigido pelo trabalho no tribunal.



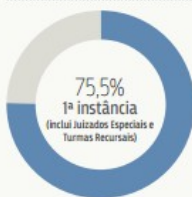
74,8%

São atendidos com atenção e presteza por outras áreas do tribunal quando precisam.

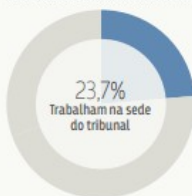
### Área do tribunal em que trabalha



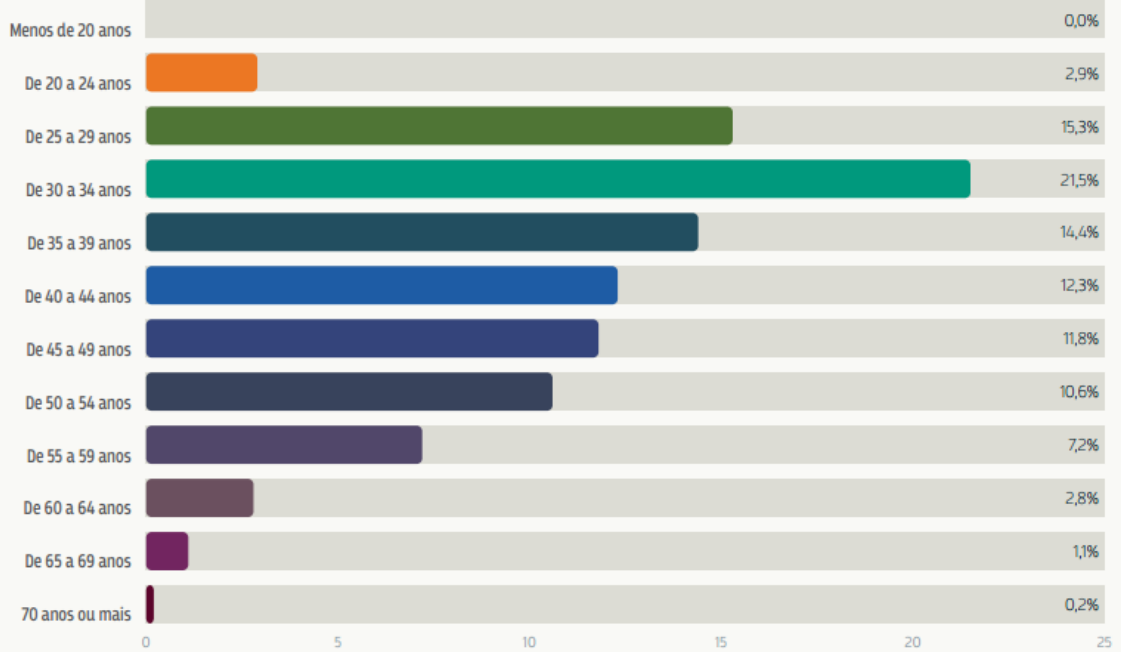
### Instância do tribunal em que trabalha



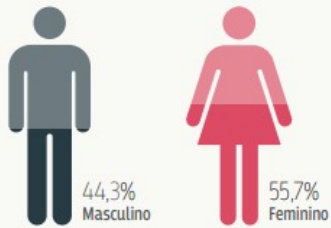
### Local do tribunal em que trabalha



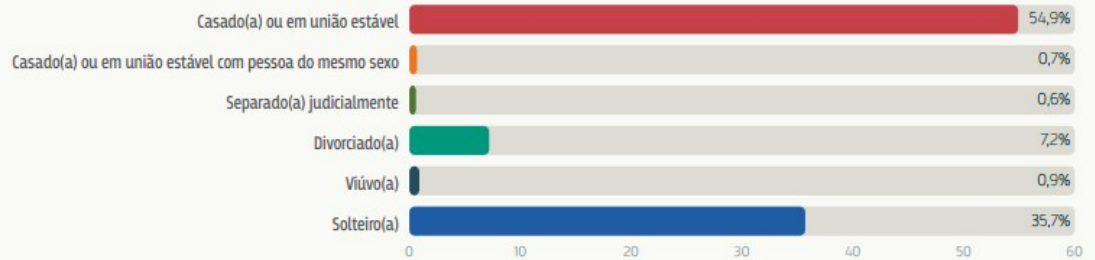
## Faixa etária



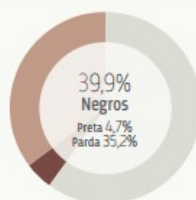
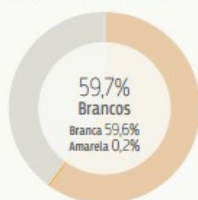
## Sexo



## Estado civil



## Cor ou raça



## Deficiência

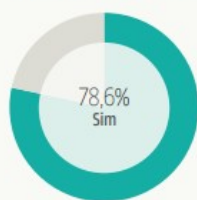


2,8%  
Sim  
97,2%  
Não

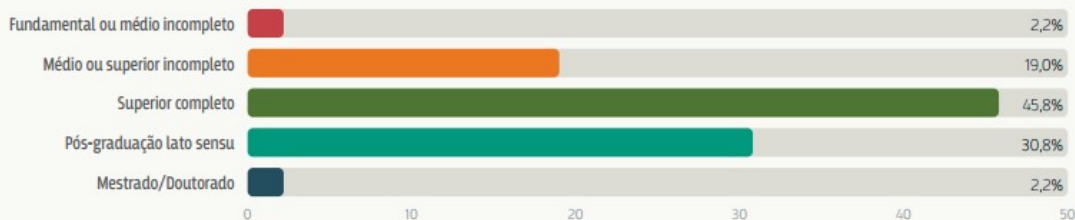
## Nacionalidade



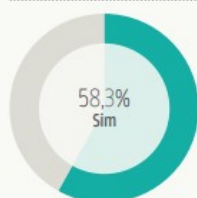
## Nasceram na mesma Unidade da Federação onde trabalham



## Escolaridade



## Servidores com nível superior formados em Direito





## Servidores com mais de uma graduação de nível superior



## Jornada de trabalho — Média de horas trabalhadas



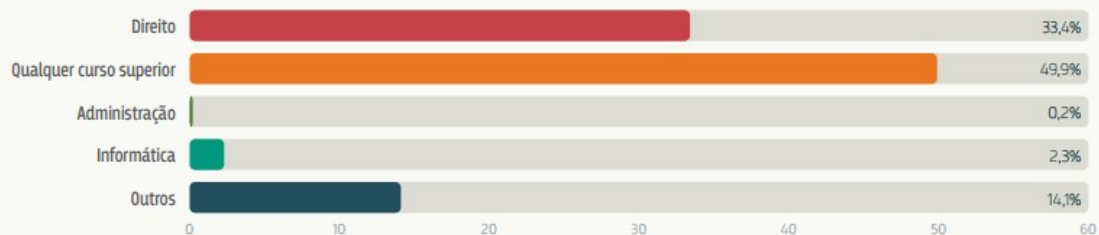
## Vínculo com o Poder Judiciário



## Requisito de escolaridade exigido para o ingresso dos servidores nos cargos efetivos



## Área de formação exigida nos concursos de nível superior



## Ingresso pelas cotas para pessoas com deficiência



## Ingresso pelas cotas para pessoas com deficiência nos últimos cinco anos



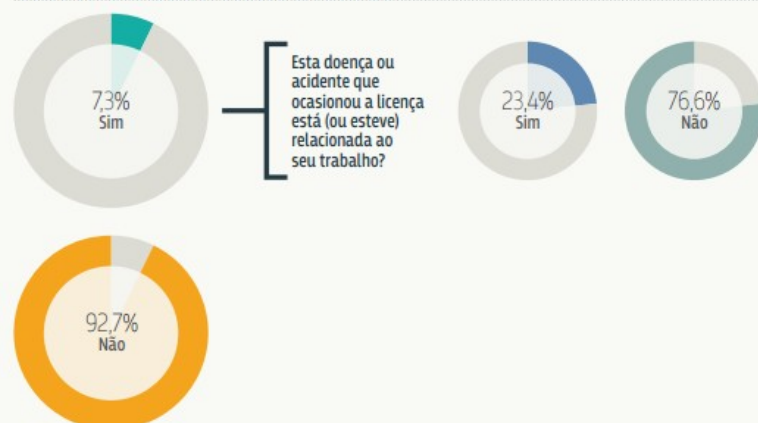
## Ocupação de outros cargos públicos anteriores ao atual



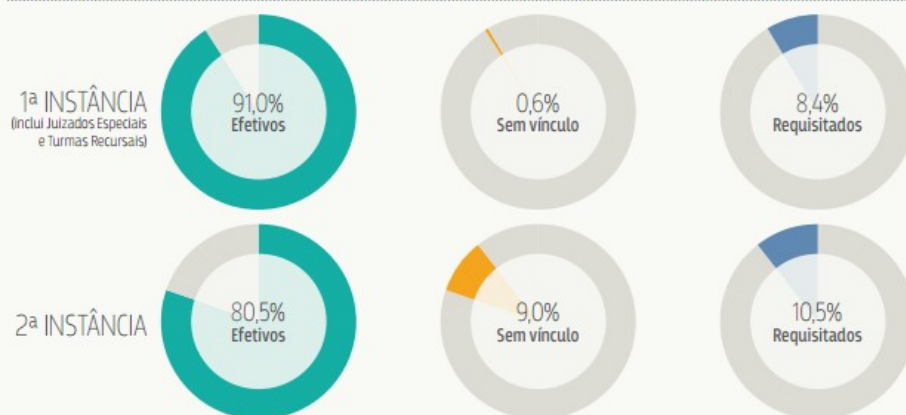
## Ocupação de cargos em comissão ou funções de confiança pelos servidores efetivos



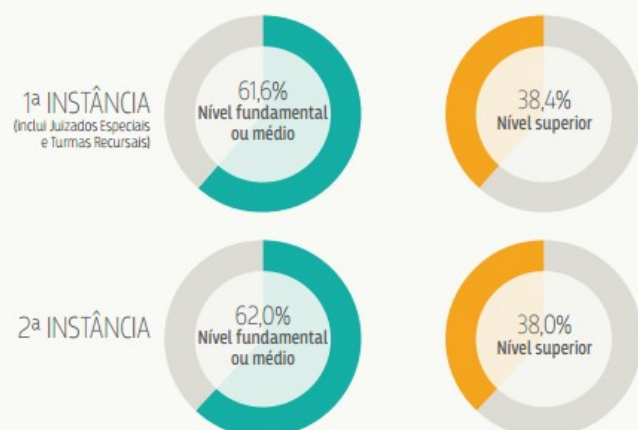
## Licença saúde no último ano



## Tipo do vínculo com o tribunal segundo instância em que trabalha



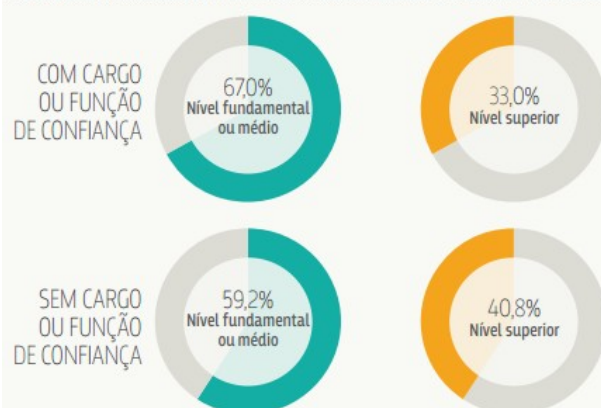
## Requisito de escolaridade exigido para o ingresso no cargo efetivo, segundo instância do tribunal



## Tipo do vínculo dos servidores em cargos em comissão ou funções de confiança no tribunal



## Requisito de escolaridade exigido para o ingresso nos cargos efetivos, segundo ocupação de cargos em comissão ou funções de confiança no tribunal

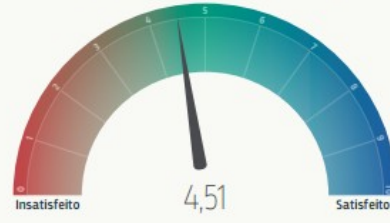
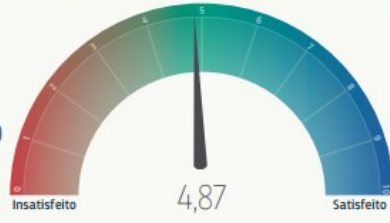


## Indicadores de satisfação geral dos Servidores

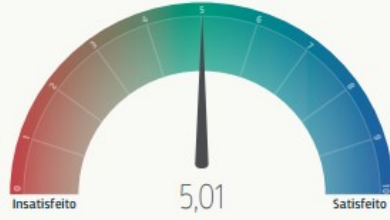
INDICADOR DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS

INDICADOR DE GESTÃO DO TRABALHO

TJ DE PERNAMBUCO



JUSTIÇA ESTADUAL



PODER  
JUDICIÁRIO



<b>Assunto: Censo do CNJ no TJPE - Magistrados</b>	
<b>Veículo: CNJ</b>	<b>Data: 24/11/2014</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



CENSO DO PODER JUDICIÁRIO 2013



**Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**

MAGISTRADOS RESPONDENTES  62,3%

## Percentual de respostas positivas dos Magistrados de tribunais/conselhos

### CONCORDÂNCIA



91,5%

Estão satisfeitos com a escolha profissional de serem magistrados.



10,8%

Acreditam que o volume de trabalho permite que as tarefas sejam concluídas na jornada regular de trabalho.



81,6%

Concordam que os cursos de aperfeiçoamento promovidos pelo tribunal em que atuam contribuem para o trabalho.



81,9%

Concordam que a adoção de metas de produtividade é positiva para o Poder Judiciário.



79,0%

Concordam que a adoção de metas de produtividade é positiva para o cidadão.



73,0%

Concordam que a adoção de metas de produtividade é positiva para os magistrados.

## Percentual de respostas positivas dos Magistrados de tribunais/conselhos

### CONCORDÂNCIA



65,4%

Concordam que o sistema de promoção, com a alternância dos critérios de antiguidade e merecimento, é o mais adequado para a carreira do magistrado.



40,4%

Concordam que um sistema de promoção baseado apenas no critério de antiguidade seria o mais adequado para a carreira de magistrado.



6,0%

Concordam que um sistema de promoção baseado apenas no critério de merecimento seria o mais adequado para a carreira de magistrado.



85,0%

Acreditam que o CNJ contribui para a melhoria da gestão e modernização do Poder Judiciário.



66,1%

Acreditam que as deliberações do CNJ contribuem para a melhoria do trabalho.

## Percentual de respostas positivas dos Magistrados de tribunais/conselhos

### SATISFAÇÃO



15,1%

Estão satisfeitos com o salário que recebem considerando o trabalho que executam.



62,9%

Estão satisfeitos com a carreira da magistratura.



84,2%

Estão satisfeitos com as relações profissionais cotidianas com outros magistrados.



94,4%

Estão satisfeitos com as relações profissionais cotidianas com os servidores.



61,2%

Estão satisfeitos com as relações profissionais com a alta administração do tribunal.



67,4%

Estão satisfeitos com o resultado do trabalho prestado aos cidadãos.



48,3%

Estão satisfeitos com os instrumentos e equipamentos utilizados no trabalho.



46,7%

Estão satisfeitos com as condições de trabalho e as instalações físicas.



33,3%

Estão satisfeitos com a atuação do tribunal em prol da qualidade de vida e saúde no trabalho.

## Percentual de respostas positivas dos Magistrados de tribunais/conselhos

### SATISFAÇÃO



21,6%

Estão satisfeitos com a atuação do tribunal em que trabalham em relação à segurança pessoal dos magistrados.



20,2%

Estão satisfeitos com a atuação do tribunal em que trabalham em relação à segurança nos locais de trabalho.



56,0%

Estão satisfeitos com a atuação do CNJ para a melhoria da prestação jurisdicional.



38,6%

Estão satisfeitos com o sistema de processo eletrônico adotado no tribunal em que trabalham.



23,4%

Estão satisfeitos com o número de servidores da unidade judiciária em que trabalham.



62,0%

Estão satisfeitos com a qualificação dos servidores da unidade judiciária em que trabalham.

## Percentual de respostas positivas dos Magistrados de tribunais/conselhos

### FREQUENCIA E MOTIVAÇÃO



18,2%

Recebem sugestões de aprimoramento das rotinas de trabalho do tribunal em que atuam.



9,8%

Participam da gestão orçamentária do tribunal em que atuam.



4,0%

Participam das decisões relativas à gestão de pessoas do tribunal em que atuam.



6,5%

Participam do planejamento estratégico do tribunal no qual atuam.



65,5%

Recebem orientações do tribunal no qual atuam quanto ao cumprimento das deliberações do CNJ.



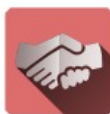
89,2%

Implementam novas ideias ou soluções para melhorar a gestão da unidade judiciária em que atuam.



52,6%

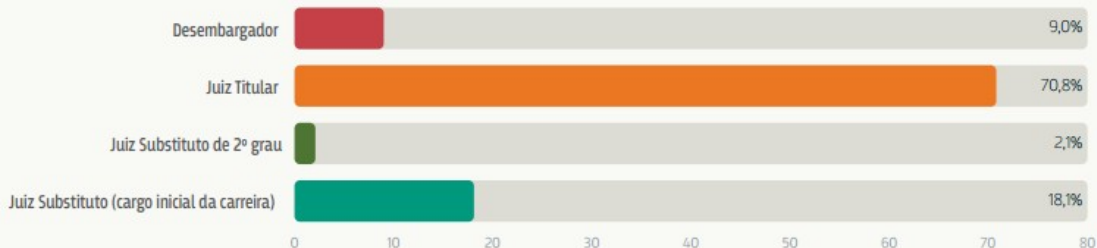
Possuem tempo e disposição para aprimorar seus conhecimentos a respeito dos temas com os quais trabalham.



31,2%

Sentem-se valorizados pelo exercício da magistratura.

### Tipo de cargo

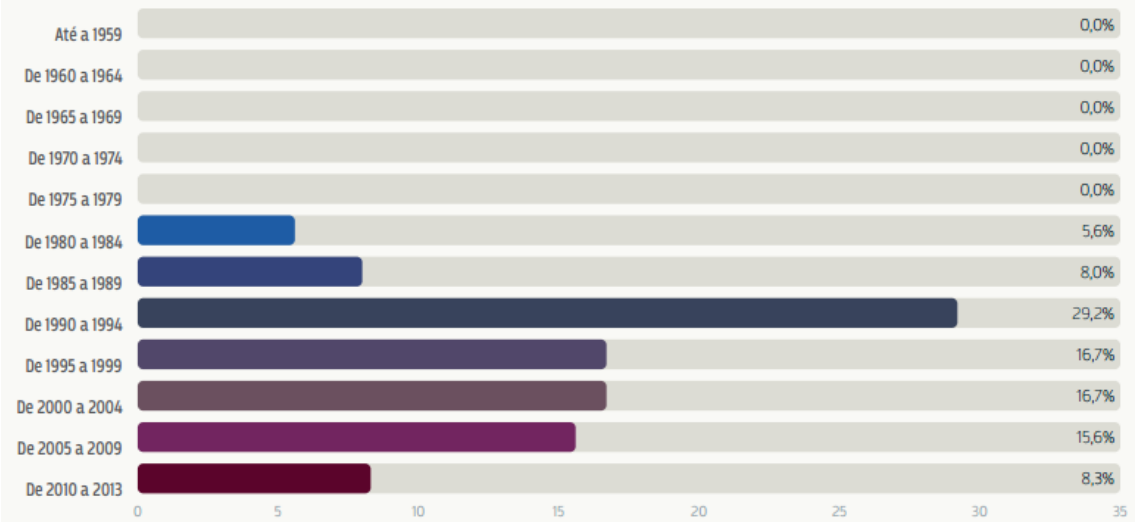


### Acumulação de atribuições na Justiça Eleitoral





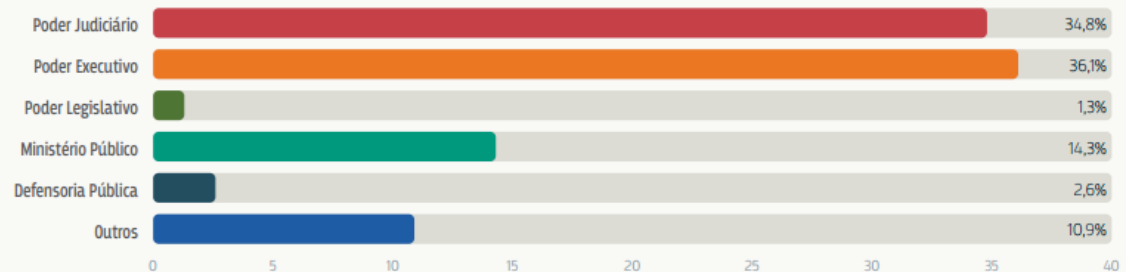
## Ano de ingresso na magistratura



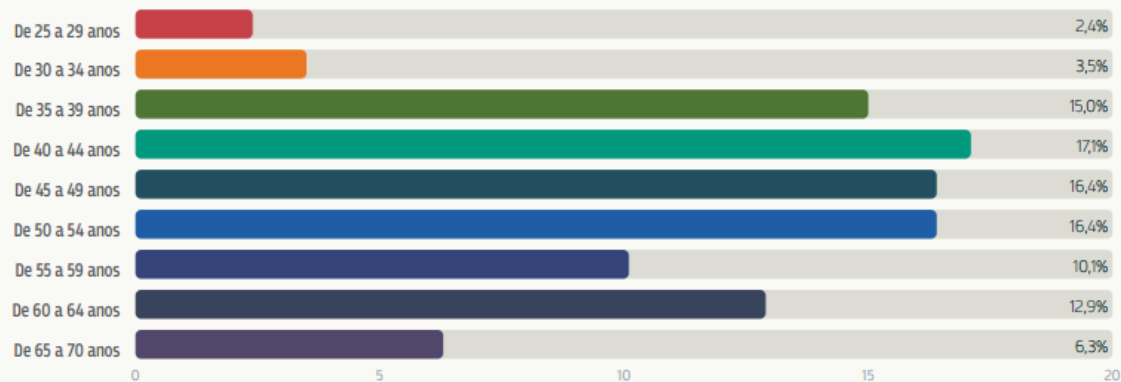
## Ocupação de outros cargos públicos anteriores ao atual



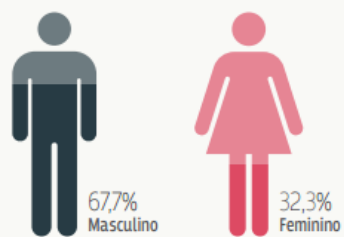
## Tipos de instituição pública em que exerceram o cargo público imediatamente anterior ao atual



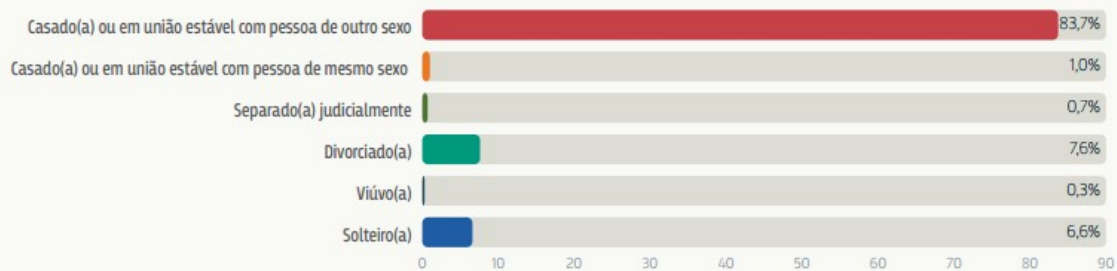
## Faixa Etária



## Sexo



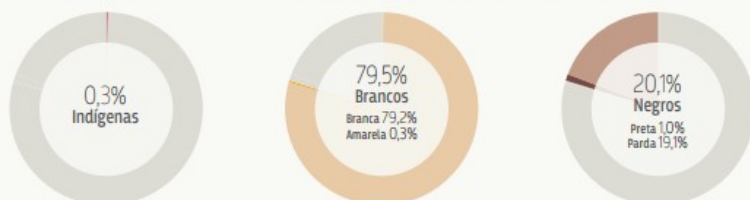
## Estado civil



## Filhos



## Cor ou raça



## Deficiência



## Nacionalidade



## Nasceram na mesma Unidade da Federação onde trabalham



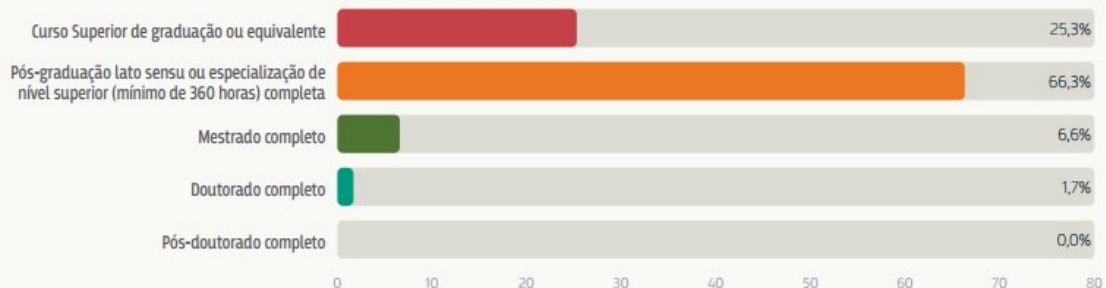
## Tipo de instituição em que concluíram o curso de direito



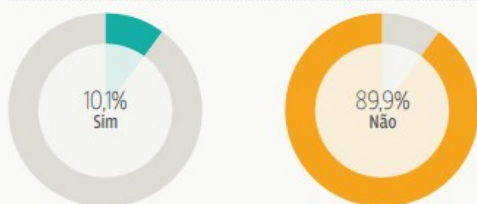
## Possuem outro curso superior, além da graduação em direito



## Escolaridade



## Atividade docente

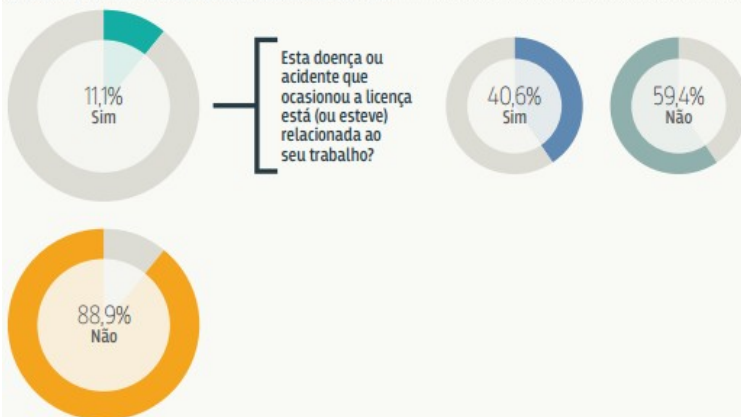


## Prestaram concurso para outras carreiras nos últimos dois anos\*



\*Foram contabilizadas apenas as respostas dos magistrados ingressados até 2010, considerando apenas o período em que o magistrado já estava ocupando o cargo atual

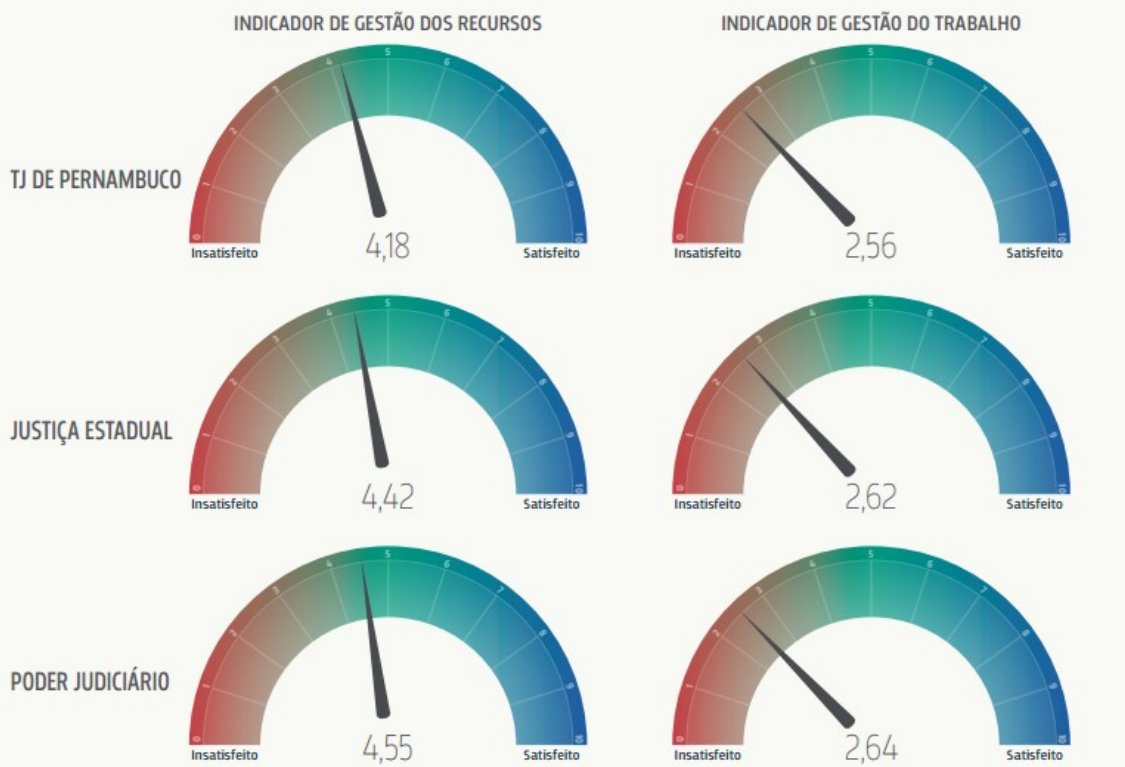
## Licença saúde no último ano



## Opinião das magistradas sobre igualdade de gênero



## Indicadores de satisfação geral dos Magistrados



<b>Assunto: Corregedoria leva cidadania a moradores de Lagoa dos Gatos</b>	
<b>Veículo: CNJ</b>	<b>Data: 24/11/2014</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## Corregedoria leva cidadania a moradores de Lagoa dos Gatos



O Programa Um Passo a Mais para a Cidadania, na cidade de Lagoa dos Gatos, interior de Pernambuco, termina nesta sexta-feira (21/11). A iniciativa da Corregedoria-Geral da Justiça de Pernambuco (CGJ-PE) conta uma série de ações de incentivo à cidadania, como a emissão de documentos, palestra informativa, mutirão e casamento comunitário.

"O juiz tem a obrigação de aferir psicologicamente as partes, de compensar os desníveis sociais, de ser humanitário", afirmou o corregedor Eduardo Paurá, para quem as ações sociais são a prioridade de sua gestão. Com ação conjunta do Judiciário, dos cartórios, da prefeitura e da Secretaria de Defesa Social (SDS), o evento realizou, desde segunda-feira (17/11), emissão de certidão de nascimento, de casamento e de óbito, além de reconhecimento espontâneo de paternidade e registro tardio de nascimento.

Durante todos os dias, quem precisou emitir CPF e declaração de antecedentes criminais compareceu ao Fórum de Lagoa dos Gatos. Os interessados se apresentaram das 9h às 13h, portando registro de nascimento ou de casamento. Foi realizada ainda, na Escola Estadual Professor Manoel Edmundo, palestra sobre a importância do registro de nascimento e de regularização do estado civil.

No intuito de acelerar processos judiciais, o programa contou ainda com mutirão de audiências em processos de crimes de menor potencial ofensivo. Devido ao alcance do programa, o fórum, em parceria com a Secretaria de Saúde do município, também contou, nos dias 18 e 20, com atualização de carteira de vacinação infantil, aferição de pressão e medição de glicose.

**Casais** - Um casamento civil comunitário aconteceu na quarta-feira (19/11) às 11h na Escola Municipal Cordeiro Filho. O evento contou com a participação de 106 casais e movimentou a cidade. "A expectativa dos cidadãos em relação ao programa é enorme. Pessoas dos vários segmentos sociais se disponibilizaram a fazer dessa iniciativa um marco na cidade. A título de exemplo, cito a cerimônia dos casamentos comunitários, que contou com decoração, bolo, doces, refrigerantes, serviço de fotografia e lembrancinhas, todos oferecidos sem custos", disse Simony Emerenciano, juíza de Lagoa dos Gatos.

Segundo a magistrada, a iniciativa é importante para a cidade. "O Judiciário visto inicialmente como solucionador de conflitos tem o fim maior de promover a cidadania e, para tanto, deve assumir uma postura proativa. O Um passo a Mais para a Cidadania, de iniciativa da Corregedoria do TJPE, é um projeto que possibilita exatamente a ampliação do acesso a direitos básicos, como os registros relacionados à pessoa, que viabilizam, via de consequência, a promoção de outros direitos", observou a juíza Simony.

A juíza percebeu uma quantidade significativa de pessoas que viviam em união estável e que não possuíam documentos de identificação, como o RG e o CPF. "Por isso, a disponibilização desses serviços à sociedade de Lagoa dos Gatos, numa atuação conjunta dos órgãos competentes, é de suma importância, na medida em que oportuniza esse acesso de forma concentrada e célere", avaliou.

*Fonte: TJPE*



<b>Assunto: Bebidas alcoólicas podem ser liberadas nos estádios de Pernambuco</b>	
<b>Veículo: JConline</b>	<b>Data: 24/11/2014</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>

### ***Bebidas alcoólicas podem ser liberadas nos estádios de Pernambuco***

*Projeto de lei do deputado Antônio Moraes foi publicado no Diário Oficial do Estado desta quinta-feira (20)*



Foto: Alexandro Auller/Acervo JC Imagem

O projeto de lei 2153/2014, que regulamenta a venda de bebidas alcoólicas dentro dos estádios de futebol pernambucanos a partir de duas horas antes do início das partidas, foi publicado no Diário Oficial do Estado desta quinta-feira (20). O texto, de autoria do deputado estadual Antônio Moraes (PSDB), deve ser votado na Assembleia Legislativa até o fim do ano, depois de ser analisado por cinco comissões da casa. A proposta é a mesma apresentada por ele em 2012 – na ocasião, o político decidiu abortar a decisão de levá-la à votação por reconhecer que seria derrotado.

O que motivou o deputado Antônio Moraes a reapresentar o projeto de lei foi uma espécie de dossiê entregue a ele pelo presidente da Federação Pernambucana de Futebol (FPF), Evandro Carvalho, que o visitou há poucas semanas acompanhado por dirigentes de Sport e Santa Cruz, além de representantes da Arena Pernambuco. O documento continha um estudo que não associa álcool e violência nos estádios de futebol, assim como notícias sobre a liberação da venda de bebidas alcoólicas em outros Estados (Bahia, Rio Grande do Sul e Maranhão, por exemplo).

“A visita de Evandro e outros dirigentes só reforçou o meu entendimento de que a violência nos estádios pernambucanos não tem nada a ver com as bebidas alcoólicas. Por isso, decidi reapresentar o projeto agora. Acredito que, desta vez, ele será aprovado”, comentou o deputado Antônio Moraes. “Os arredores dos estádios viraram verdadeiros bares a céu aberto. Como sabem que não poderão beber no interior dos estádios, vários

torcedores ‘enchem a cara’ no lado de fora e ficam bêbados antes mesmo de a bola rolar. Não é pior?”, indagou.

O presidente da FPF disse que está trabalhando com afinco para que o projeto de lei seja aprovado na Assembleia Legislativa, seguindo o que chamou de “tendência mundial de liberação das bebidas alcoólicas nas praças esportivas”. Segundo Evandro, está provado que não há qualquer relação entre álcool e violência nos estádios. Ele ainda elencou vantagens financeiras que os clubes terão com isso. “Os clubes ganham financeiramente, tanto pela renda proveniente da comercialização das bebidas nos bares como com os patrocínios das empresas de bebidas. São duas receitas importantes para as nossas equipes e que não podemos nos dar ao luxo de abrir mão”, comentou Evandro.

A venda de bebidas alcoólicas dentro dos estádios pernambucanos estava proibida desde janeiro de 2009. Liberá-las a partir do ano que vem representaria um retrocesso na visão do juiz do Juizado do Torcedor de Caruaru, Marupiraja Ramos, que vem capitaneando a luta na esfera jurídica para acabar de uma vez por todas com as torcidas organizadas no Estado. “A experiência que tenho no futebol me faz ser totalmente contrário a esse projeto. A maioria dos casos de violência nos estádios tem a ver sim com torcedores que consumiram álcool antes ou durante os jogos. Os clubes são a favor porque estão pensando apenas em seus cofres em detrimento da segurança das pessoas”, comentou Marupiraja.